

23. Enunciação

A produção lingüística pode ser considerada: seja como uma seqüência de frases, identificada sem referência a determinado aparecimento particular dessas frases (elas podem ser ditas, ou transcritas com escritas diferentes, ou impressas etc.); seja como um ato no decorrer do qual essas frases se atualizam, assumidas por um locutor particular, em circunstâncias espaciais e temporais precisas. Tal é a oposição entre o ENUNCIADO e a situação de discurso, algumas vezes chamada de enunciação. Entretanto, quando se fala, em Lingüística, de ENUNCIÇÃO, toma-se esse termo num sentido mais restrito: não se visa nem o fenômeno físico de emissão ou de recepção da fala, que depende da psicolingüística ou de uma de suas subdivisões [77 e s.], nem as modificações introduzidas no sentido global do enunciado pela situação [297 e s.], mas os elementos pertencentes ao código da língua e cujo sentido no entanto depende de fatores que variam de uma enunciação para outra; por exemplo, *eu, tu, aqui, agora* etc. Em outras palavras, o que a Lingüística retém é a marca-do-processo de enunciação no enunciado.

Os aspectos lingüísticos da enunciação nunca estiveram no centro da atenção dos lingüistas; daí uma certa hesitação terminológica nos estudos que lhes são dedicados. A categoria está bem presente desde as gramáticas gregas e latinas, mas foi o semiótico norte-americano Ch. S. Peirce quem descreveu, pela primeira vez, sua natureza ambígua: trata-se ao mesmo tempo de *símbolos*, isto é, de signos pertencentes ao código da língua (*je* é uma palavra do léxico francês) e de *índices*, isto é, de signos que contêm um elemento da situação de enunciação (*je* designa aquele que fala neste momento, neste lugar) [90 e s.].

Os lingüistas se referiram quase sempre à enunciação com o termo *déixis*. Todavia, essa palavra mascara uma oposição importante (como já o notara K. Bühler): uma parte das formas dêiticas remete a elementos anteriores do próprio enunciado (assim os pronomes *ele, ela, o, a* etc.), uma outra, aos elementos do ato de fala (*eu, tu* etc.); em outros termos, confunde-se a *déixis anafórica* com a *déixis indicial* [257 e s.]. Mais recentemente, os trabalhos de lingüistas como Jespersen, Jakobson, e principalmente Benveniste permitiram começar o estudo preciso e sistemático desses fatos.

Os primeiros elementos constitutivos de um processo de enunciação são: o LOCUTOR, aquele que enuncia; e o ALOCUTÁRIO, aquele a quem é dirigido o enunciado; ambos são chamados, indiferentemente, INTERLOCUTORES. A partir daí, pode-se conceber a organização das formas lingüísticas indiciais de duas maneiras, segundo nos apoiemos em categorias *gramaticais* ou *semânticas*.

No primeiro caso, distinguir-se-ão os “pronomes pessoais” da 1ª e 2ª pessoa; os pronomes demonstrativos; os advérbios e os adjetivos que Bally denominava “relativos” (*aqui, agora, ontem, hoje* etc.); os tempos do verbo, organizados sempre em torno do “presente”, ou seja, do tempo da enunciação. Acrescentar-se-ão certos verbos tomados na primeira pessoa do singular (*eu creio que... eu concluo que...*), os verbos *performativos* [304], isto é, aqueles que na primeira pessoa do singular do presente efetuam por si mesmos a ação que designam, por exemplo, *eu prometo... eu juro...* etc.: esse último grupo difere do primeiro, em que a referência da palavra variava com

o contexto; resta que ambos nos dão informações sobre o processo de enunciação. Esta é igualmente o caso de certas camadas do léxico em que se observa a presença de semas AVALIATIVOS ou EMOTIVOS (que implicam um julgamento ou uma atitude particular do sujeito da enunciação). Os termos MODALIZANTES como *talvez, certamente, provavelmente*, suspendem a asserção do sujeito enunciante e por isso se ligam ainda à enunciação. Enfim, as funções sintáticas (sujeito-predicado) se referem à enunciação segundo modalidades diversas: todos os elementos que exprimem a atitude do locutor para com aquilo de que fala estão “presos” ao predicado, nunca ao sujeito. Se os termos avaliativos são colocados no sujeito, interpretam-se como citações, como nomes antecipados das expressões correspondentes.

Encontramos os mesmos problemas partindo das categorias semânticas, que são de quatro espécies: a identidade dos interlocutores, o tempo da enunciação, seu lugar e suas modalidades (ou a relação entre os interlocutores e o enunciado). Nossos pronomes *eu* e *tu* permitem apenas identificar os protagonistas da enunciação; mas em certas línguas da Ásia oriental juntam-se-lhes indicações sobre o *status* social daqueles ou sobre suas relações mútuas. As indicações de tempo e de lugar se organizam sempre a partir da própria enunciação, isto é, dos advérbios *agora* e *aqui*; mas muitos outros termos lexicais se referem a isso, como, por exemplo, um verbo como *vir*.

O problema da *referência* [229 e s.] está estreitamente ligado à enunciação; como já havia notado Peirce, para que um signo possa denotar, deve passar pelo intermediário de um “índice”. A questão da verdade, subordinada à da referência, é igualmente inconcebível fora da enunciação: em si mesmo, o enunciado não é verdadeiro nem falso, torna-se verdadeiro ou falso unicamente no decorrer de uma enunciação particular.

→ E. BENVENISTE, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, 1966, pp. 225-288; CH. BALLY, “Les notions grammaticales d’absolu et de relatif”, *Essais sur le langage*, Paris, 1969, pp. 189-204; R. JAKOBSON, *Essais de linguistique générale*, Paris, 1963, pp. 176-196; A.W. BURKS, “Icon, Index, Symbol”, em *Philosophy and Phenomenological Research*, 1949, pp. 673-689; CH. FILLMORE, “Deictic categories in the se-

mantics of ‘come’”, *Foundations of Language*, 1966, pp. 219-227; J.R. SEARLE, *Speech Acts*, Cambridge, 1969; T. TODOROV (ed.), *L’Énonciation (Langages)*, 17, 1970.

O estudo da enunciação tem repercussões nos dois domínios vizinhos: o da Sociolingüística [69 e s.] e o da Estilística [82 e s.].

Enquanto ação particular, a enunciação depende de um estudo *total* do comportamento na sociedade e, mais particularmente, da ANTROPOLOGIA LINGÜÍSTICA [71 e s.]. Esta vai buscar na enunciação várias de suas categorias fundamentais. O mesmo ocorre com a oposição, introduzida por Austin, entre forças ilocutória e perlocutória [304 e s.]: é opor a estrutura interna de uma ação aos resultados particulares que ela provoca. A força ilocutória de uma frase imperativa, por exemplo, consiste no fato de eu dar uma ordem a alguém; sua força perlocutória, no fato de ser ela acompanhada de resultado. A antropologia propriamente lingüística conservará em seu campo de estudo apenas a força ilocutória.

Uma outra relação é possível entre o modelo da enunciação, elaborado a partir de uma análise lingüística, e a descrição dos atos de fala, no plano antropológico. Citar-se-á aqui a análise lingüística feita pelo lógico norte-americano J.R. Searle: “Primeiramente, e é o mais importante, há a direção ou o objetivo da ação (por exemplo, a diferença entre asserção e interrogação); em segundo lugar, as posições relativas do locutor e do alocutário (a diferença entre pedido e ordem); em terceiro lugar, o grau de engajamento (a diferença entre a simples expressão de intenção e a promessa); em quarto lugar, a diferença no conteúdo proposicional (a diferença entre predições e constatações); em quinto lugar, a diferença na maneira pela qual a proposição se liga aos interesses do locutor e do alocutário (a diferença entre se gabar e se queixar, entre advertir e predizer); em sexto lugar, os estados psicológicos expressos (a diferença entre a promessa, expressão de intenção, e a asserção, expressão de convicção); em sétimo lugar, as diferentes maneiras segundo as quais um enunciado se liga ao resto da conversa (a diferença entre a simples resposta à réplica precedente e a objeção ao que acaba de ser dito)”. As oposições assim destacadas podem evidentemente permitir a categorização daquilo que constitui o objeto da Antropologia Lingüística.

→ J.L. AUSTIN, *Quand dire c’est faire*, Paris, 1970; J.R. SEARLE, *Speech Acts*, Cambridge, 1969.

A enunciação está sempre presente, de um modo ou de outro, no interior do enunciado; as *diferentes formas dessa presença*, bem como os graus de sua intensidade, permitem fundar uma *tipologia dos discursos*. Destacar-se-ão aqui várias oposições, estabelecidas nas diversas análises estilísticas, e que se baseiam todas em categorias dependentes da enunciação.

1. Opor-se-á primeiro um discurso *centrado no locutor* a um discurso que se *organiza em torno do alocutário*. O bom senso nos faz distinguir um orador que “ignora seu público” (o que quer dizer que o alocutário implícito no discurso é modelado à imagem do próprio locutor) daquele que adapta sua fala aos ouvintes presentes diante dele (o alocutário implícito é aqui independente do locutor). Essa intuição de todos os dias pode se deixar explicitar e precisar. Luce Irigaray propôs uma tipologia semelhante dos discursos e mostrou que ela coincide, nos locutores, com uma tipologia psicanalítica: obsessivas e histéricas.

2. Opor-se-á o discurso *explícito* (ou autônomo) ao discurso *implícito, de situação*. Encontra-se essa distinção nas Teses do Círculo Lingüístico de Praga: “Duas direções de gravitação: uma, em que a linguagem é ‘de situação’, ou seja, conta com elementos extralingüísticos de complemento (*linguagem prática*), a outra, em que a linguagem visa constituir um todo tão fechado quanto possível, com tendência a se fazer completo e preciso, a usar palavras-termos e frases-julgamentos (*linguagem teórica ou de formulação*)”. Pode-se guardar essa oposição, sem necessariamente identificar as duas tendências com a conversa e o texto científico. Mais recentemente, B. Uspenski serviu-se de uma oposição semelhante para estabelecer, também ele, uma tipologia psicológica.

3. O discurso *pobre em indicações sobre sua enunciação* opõe-se àquele que *a ela se refere* constantemente. Freud distinguia, no trabalho analítico, esses dois tipos de enunciados. Benveniste estudou-os sob os nomes de *história* e de *discurso* respectivamente. Essa oposição, como as precedentes, não compara qualidades puras mas predominâncias quantitativas.

4. V. Volochinov, lingüista e crítico literário soviético dos anos 20, havia mostrado o funcionamento de uma outra oposição discursiva no interior de textos literários, a propósito da CITAÇÃO, ou seja, do enunciado com enunciação reproduzida. O enunciado citado e o enunciado citante podem entrar ou não em continuidade: a língua do narrador e a das personagens são semelhantes ou diferentes. No primeiro caso, um ou outro enunciado podem sofrer transformações: o discurso do narrador se assimila, em Dostoievski, às falas das personagens que ele apresenta; ao contrário, no estilo indireto, tem-se antes a tendência de fazer reunir o enunciado citado ao enunciado citante. No terceiro caso, nenhuma interpenetração se deixa observar entre enunciado citante e enunciado citado.

Todas essas oposições deverão ser integradas numa teoria geral dos estilos [273 e s.].

Uma outra aplicação das categorias da enunciação na análise retórica e literária diz respeito ao problema das visões [293 e s.]. O “narrador” de um texto não passa, com efeito, de um locutor imaginário, reconstituído a partir dos elementos verbais que se referem àquele.

→ L. IRIGARAY, “Approche d’une grammaire d’énonciation de l’hystérique et de l’obsessionnel”, *Langages*, 5, pp. 99-109, 1967; B.A. USPENSKI, “Personologicheskie problemy v lingvisticheskom aspekte”, em *Tezisi dokladov vo vtoroj letnej shkole po vtorichnym modelirujushchim sistemam*, Tartu, 1966, pp. 6-12; T. TODOROV, “Freud sur l’énonciation”, *Langages*, 17, pp. 34-41, 1970; V. VOLOSHINOV, “K Istorii form vyskazyvanija v konstrukcijakh jazyka”, em *Readings in Russian Poetics*, Ann Arbor, 1962, pp. 67-98; M. BAKHTINE, *La Poétique de Dostoievski*, Paris, 1970.

24. Visão na ficção

Histórico

O termo VISÃO ou PONTO DE VISTA refere-se à relação entre o narrador e o universo representado. Categoria ligada, portanto, às artes representativas (ficção, pintura figurativa, cinema; num grau menor: teatro, escultura, arquitetura); e categoria que concerne ao próprio ato de representar em suas modalidades, ou seja, no caso do discurso representativo, ao ato de enunciação em sua relação com o enunciado.

A visão (narrativa) é inerente a todo discurso representativo; mas a teoria sobre ela só foi produzida tardiamente: no fim do século XIX (apesar das observações isoladas nos séculos anteriores). Essa tomada de consciência coincidiu com a exploração febril, pelos escritores, dos diferentes processos de escritura próprios a cada “visão”. Em compensação, assiste-se atualmente a um duplo recuo: uma parte da literatura moderna pelo menos tende para uma recusa da representação e, por esse fato, a categoria da visão perde sua importância; por outro lado, depois de ter acre-